

# Falta de quórum pode adiar votação de matérias polêmicas no Congresso

por João Alexandre Lombardo  
de Brasília

A falta de quórum poderá inviabilizar o esforço concentrado marcado para hoje e amanhã, no Congresso, adiando, assim, a votação de matérias polêmicas, entre elas a Medida Provisória 256, que trata da política salarial, e o projeto de lei referente ao crime de usura para quem cobrar juros reais acima de 12% ao ano. Ontem, o líder em exercício do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), previu "a dificuldade de se obter quórum" no esforço e informou que não houve convocação das bancadas governistas, pelo seu gabinete. Também lideranças de partidos, como PDS e PFL, que dão sustentação parlamentar ao governo, não convocaram seus deputados para as votações da semana.

Os líderes de todos os partidos políticos voltam a se reunir hoje à tarde para tentar fechar um acordo em torno da pauta de votações da Câmara e do Congresso. Inicialmente, foram listadas algumas matérias polêmicas. No Congresso, a Medida Provisória 256, referente à livre negociação salarial, volta à pauta. Os partidos de oposição insistem na tentativa de aprovar um projeto de conversão à medida, restabelecendo alguma forma de indexação salarial. O governo continua irredutível na luta contra a indexação e não tem nenhuma proposta concreta para tentar um acordo, segundo Humberto Souto.

Os vetos presidenciais ao Plano de Benefícios e Custeio da Previdência e a Medida Provisória 248, que trata do mesmo assunto, também poderão entrar em pauta, na sessão noturna do Congresso. O deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) tem pronto um projeto de conversão à medida.

Na Câmara, foram listadas várias matérias polêmicas.

O governo está disposto a aprovar apenas o projeto de lei que trata do regime jurídico único para o funcionalismo. Por um acordo, que está sendo feito entre o Congresso, Executivo e servidores, seria desarquivado o projeto original do governo e feitas mudanças consensuais. A matéria tramitaria, então, na Câmara e no Senado, deixando-se de lado os dois

substitutivos existentes. O regime jurídico único, que tornaria estatutários todos os servidores e criaria uma isonomia salarial, poderá estimular a aposentadoria de 80 mil a 100 mil servidores públicos, ajudando o governo a enxugar a máquina administrativa.

O projeto de lei que define o crime de usura para quem cobrar juros reais acima de 12% ao ano, de autoria do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), e o projeto que disciplina o uso de medidas provisórias pelo governo, do deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), também poderão entrar em pauta na Câmara. Por serem matérias muito polêmicas, elas deverão entrar no fim da pauta.

O líder do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR), disse que sua bancada está

convocada desde a semana retrasada. Também a bancada pemedebista está convocada, de acordo com o líder Ibsen Pinheiro (RS). Os dois defendem alguma forma de indexação salarial e esperam a abertura de negociações com o governo.

Se ela não ocorrer, o PMDB poderá apresentar um substitutivo à Medida Provisória 256 estabelecendo um gatilho a ser disparado sempre que a inflação atingir 15%. Esse reajuste seria aplicado apenas até 10 mínimos. Acima disso, prevaleceria a livre negociação.

O governo, segundo seu líder em exercício na Câmara, Humberto Souto, não tem proposta pronta para negociar alterações na livre negociação salarial e espera que a oposição apresente alternativas.